

XVIII Encontro Regional ANPUH - 2006
O Historiador e seu Tempo
Seminário Temático 17: O Historiador e seu Tempo: Teoria e Historiografia.

História e Psicanálise: Temas e Trajetórias Possíveis

Celia Szniter Mentlik

Doutora

FFLCH/USP

Com essa comunicação buscamos delinear algumas possibilidades oferecidas pelo diálogo entre a História e a Psicanálise, especialmente no que se refere aos estudos culturais.

O senso comum parece indicar, de princípio, uma radical e inconciliável cisão entre os dois campos de conhecimento, visível de antemão em seus respectivos métodos: enquanto a História trabalharia sempre de forma objetiva, a partir de evidências palpáveis e concretas de fatos, como documentos, decretos, registros literários e iconográficos, depoimentos gravados, entre outros recursos, a Psicanálise voltar-se-ia exclusivamente ao indivíduo e suas fantasias, impulsos, sonhos e devaneios, reclusa ao domínio da subjetividade e ao presente vivido, como emergente na situação clínica.

Relevadas apenas suas diferenças, segundo tal perspectiva, indubitavelmente estreita e parcial, mas também por boas razões, defendida e salvaguardada por muitos, historiadores e psicanalistas, qualquer diálogo, reconhecimento ou troca que levasse em conta a ordem dos afetos na determinação dos fatos históricos pareceria inviável, tanto quanto procurar verificar a fidedignidade e precisão do relato de um paciente sobre aspectos de sua realidade histórico-social pareceria um procedimento estranho a um psicanalista.

Entretanto, observamos que, pelo contrário, tanto na tradição como em tendências recentes, confluências e complementaridades entre essas duas disciplinas estão muito presentes. Cartas, diários, relatos, testemunhos, enunciados de natureza absolutamente subjetiva, transformam-se em documentos de inestimável valor nas mãos do historiador, que pode utilizá-los para uma gama de finalidades, desde a elaboração de biografias até à detecção de elementos que viabilizariam a melhor compreensão das vicissitudes de um contexto histórico dado.

A ampla gama de registros materiais da expressão artística de diversos povos, desde períodos imemoriais até aos dias atuais, e além destes, outras marcas da memória individual e coletiva, abertas a toda sorte de interpretações quanto a seu *significado*, sempre tiveram papel relevante na escrita da História, e, desde suas próprias origens, vêm constituindo pontes tradicionalmente consagradas ligando a subjetividade individual ou grupal à objetividade aspirada pelo saber histórico.

Os novos rumos tomados no desenvolvimento da História como disciplina, principalmente a partir do advento das Mentalidades, da sistematização da metodologia dos relatos orais, da Micro-História, da própria tradição e de algumas novas abordagens no âmbito da História Cultural, que passa a envolver temas como relações interculturais,

hibridismo cultural, questões de gênero ou aqueles relativos às diferenças entre gerações, entre outros. Tais vertentes, originadas no passado e na atualidade, igualmente, indicam tal possibilidade de aproximação.

As recentes formulações em torno da História Oral, paralelamente aos modernos recursos de registro audiovisual e da informática, em especial, possibilitam a criação de importante área de interface, onde a escrita da História Contemporânea pode beneficiar-se do referencial conceitual da Psicanálise nas formas de coletar, avaliar e interpretar os dados.

Relatos, depoimentos, testemunhos (necessariamente subjetivos), até trocas de mensagens, de pessoas comuns em posições específicas, representativas de uma certa condição, previamente eleitas para constituir o foco de estudo do historiador, podem ser considerados documentos vivos de determinada situação histórica, como subjetivamente vividaⁱ. Assim, depoimentos de imigrantes, membros de minorias étnicas ou sexuais, vítimas de perseguições, calamidades, catástrofes sociais e políticas, entre outros, são casos paradigmáticos do leque de possibilidades oferecidas à nova escrita da História.

Com tal material logra-se obter uma visão mais aproximada da percepção individual e subjetiva de eventos e contextos representativos da macro-história, e que podem fornecer informações preciosas sobre a forma como atuam ou são percebidos as mudanças de ambiente cultural, as relações de poder vigentes, ou os mecanismos atuantes nas posições de subordinação, nas manifestações de preconceito ou discriminação, tanto na dinâmica do psiquismo individual como naquela do contexto social em foco.

O diálogo se estabelece também em algumas trilhas iniciais, e em outras inexploradas e posteriormente re-encontradas pela atividade teórica e prática da Psicanálise, bem como na crescente consideração e valorização, pelas ciências humanas, de algumas das mais amplas formulações teóricas de Freud.

O acervo cultural gerado na Antiguidade Clássica, herança do homem ocidental e da Humanidade, forneceu as bases sobre as quais o pai da psicanálise fundou alguns alicerces de sua teoria, como o foi o caso da tragédia de Sófocles, *Édipo rei*, que inspirou sua construção do esquema do complexo de Édipo. Também lançou hipóteses sobre o homem pré-histórico e a horda primitiva, a exemplo daquelas consideradas em *Totem e Tabu* (1912-1913).

Nesses e em inúmeros outros textos, Freud concebe relações vinculando a subjetividade individual à sociedade e à cultura.ⁱⁱ No resgate dos tabus como antigos códigos não-escritos da Humanidade, transmitidos pela autoridade patriarcal e social, vinculados àquilo que é desejado e ao mesmo tempo, proibido, bem como dos mitos e seus significados, entendidos como forças estruturantes, além de parte de nosso legado cultural, foi um teórico da cultura, por excelência.ⁱⁱⁱ

Segundo nosso ponto de vista, outro grande denominador comum, uma questão filosófica e teórica fundamental que permeia o desenvolvimento de ambas disciplinas é a questão do conceito de *realidade*, a partir do que pode ser determinado e de que se constitui. Existe uma realidade que nos é dada ou nós a “construímos” em praticamente todos os aspectos através da cultura? Se o fazemos, como e em função de que ocorrem “as múltiplas construções do real possíveis”, que provêm fundamento ao *relativismo cultural*, atualmente tão debatido?

A teoria da História tem buscado de diferentes formas responder à pergunta básica: “o que é um *fato histórico*?” Com base no próprio desenvolvimento desse campo de conhecimento, o posicionamento de diferentes teóricos tem sido no sentido de ampliar, tanto quanto possível, o escopo das possibilidades, como na afirmação de que “é *histórico tudo aquilo que, dentro do tempo social é suscetível à mudança*”^{iv}, ou, na

consideração de que “*potencialmente todos os atos humanos são históricos, dependendo de serem objeto ou não de uma análise histórica*”^v.

Esse relativo distanciamento do saber histórico tradicional, na documentação de registros, na pesquisa e ensino da matéria, tem, por outro lado, levantado a questão de como eleger aqueles fatos que serão relevados, observados e descritos pela investigação histórica, e depois, ensinados aos estudantes nas escolas, entre tantos outros, preteridos e depois obliterados.

Trata-se, aqui, evidentemente de decidir sobre quão *significativas* e *determinantes* sejam essas ocorrências do ponto de vista do histórico-social, o que tem envolvido crescente complexidade. Muitas vezes prevalecem critérios de prioridade passíveis de aplicação apenas a áreas específicas, ou, até mesmo, reconhecidamente “provisórios”, pois, em última análise, toda pesquisa histórica pode representar, ela própria, ora uma “construção”, ora uma espécie de “*recorte de realidade*”, que vem atender, no presente, às demandas, necessidades ou interesses de determinado grupo social em “reconstruir” seu passado.

A problematização da mesma questão impõe-se frequentemente, por sua vez, na psiquiatria e no campo psicanalítico, embora pelo seu reverso. Indagações sobre como operar uma distinção entre o que seja *percepção do real*, em oposição à configuração de uma *fantasia*, *alucinação*, ou de um *delírio*, isto é, o contato com o que se concebe como formas de *negação* total ou parcial da *realidade*, é corriqueiro em tais práticas. Conforme sua intensidade, tais indícios podem caracterizar um estado de loucura do indivíduo, fadando os emissores de narrativas sob condições assim qualificadas ao descaso e ao isolamento na rede social, ou, na melhor das hipóteses, à escuta tolerante de um profissional, habilitado a procurar conferir-lhes um *significado passível de ser socialmente compartilhado*.

Permanece a questão de determinar de que maneira, mesmo o interlocutor competente pode discriminar essas diferentes apreensões do que é descrito como *realidade* pelos sujeitos que vivenciam tais experiências. Como descrever um estado *psicótico* ou uma *neurose*, senão através de algumas noções consensuais sobre relações conformes ou não, entre a *realidade interna* do sujeito, onde se admite que a *fantasia* possa exercer importante papel, e o que se tem como sua *realidade externa*, onde predominam os *significados compartilhados* com outros membros de seu meio e de sua cultura?

Num artigo de 1924, “*Perda da realidade na neurose e psicose*”, Freud afirmava que a distinção entre neurose e psicose reside em que o “*novo mundo exterior fantástico da psicose pretende substituir a realidade exterior, enquanto o da neurose apóia-se, como os jogos infantis, em um fragmento da realidade*”^{vi}, tomando aqui *realidade exterior* como uma referência naturalmente compartilhada por todos (ou pela maioria). Seria esta, portanto, uma noção dita perceptualista do real.

Estudiosos da matéria concordam, entretanto, que Freud, longe de uma visão ingênua ou simplista sobre essa questão, foi de fato um dos investigadores que, a seu modo, nela mais se aprofundaram: “... *As declarações expressas da Psicanálise acerca do real perfazem sua contribuição menor. Já os conceitos que não dizem respeito ao real dizem mais. Acusam-no pelo avesso, indigitam-no como o pano de fundo conceitual necessário das definições de psiquismo, impulso, libido, defesa, narcisismo, etc. E, o que é mais importante, sugerem um estatuto do real profundamente diverso daquele explícito.*”^{vii}

Evitando adentrar aqui no sistema conceitual da Psicanálise, e para sinalizar a complexidade envolvida em tal empreendimento, talvez bastasse registrar que o grande momento da virada na história do movimento psicanalítico ocorreu ainda em 1897,

quando Freud abandonou a teoria da sedução, pela qual supunha que toda neurose teria como origem um trauma sexual *real* sofrido na infância, substituindo-a pela noção de que a *fantasia de sedução* seria suficiente para produzir essa condição.^{viii}

O fato, tão importante, quanto paradoxal, a ressaltar aqui é a razão pela qual o fez. Justamente por ouvir sucessivos relatos de diferente pacientes de que haviam sido seduzidas pelo pai na infância, Freud confidenciou a Wilhelm Fliess que tais estórias já não lhe pareciam reais, concluindo que poderiam ter sido criadas por um processo imaginativo comum entre elas. Passou a questionar o valor de sua teoria do trauma sexual; sobre essa questão, diria, mais tarde: “‘Perdera-se o solo da realidade’.”^{ix}

Embora não tivesse nunca abandonado de todo a idéia de uma sedução pelos pais, que considerou, em inúmeros outros escritos, uma ameaça real, especialmente para meninas, pensou ter exagerado sua importância quando construiu a primeira teoria.^{x xi}

Conquanto a honestidade e a coragem intelectual de Freud sejam amplamente comprovadas pelos fatos, parece importante levar em consideração aqui o seu tempo, e o quanto lutava, naquele período, pelo reconhecimento da comunidade científica, assim como o quanto possivelmente temia também, ser ele próprio desacreditado, caso as acusações de suas pacientes, além de escandalosas, se provassem inverídicas.

De algum modo, entretanto, logrou dar-lhes voz. A teoria da *fantasia* de sedução, que trocava o solo da *realidade* pelo solo da *fantasia*, teria sido o primeiro impulso ao que viria a se configurar como *método psicanalítico*, propriamente dito, pois, com esse gradual rompimento com o compromisso de desvendar, como numa investigação médica (ou policial, para alguns), detalhes sobre a história de vida de suas pacientes, abria-se terreno para que Freud pudesse desenvolver a técnica da *livre associação* de idéias, assim como para que concebesse a idéia de *transferência* como um conceito-chave (embora este tivesse aparecido em rudimentos já em 1895 em *Estudos sobre a Histeria*)^{xii}, e, a partir dele, o de *repetição* (explicitado em *Recuerdo Repetición y Elaboración*, 1914)^{xiii}.

Enfim, por paradoxal que pareça, o surgimento do método psicanalítico corresponde ao início de uma busca que envereda pelo solo da fantasia, mas à procura da razão, ou do que há de *real* no sintoma psíquico, que, com a investigação, passa a ganhar *significação*, como numa linguagem. Assim, podemos dizer que o método surge mesmo quase como um procedimento epistemológico.

O sentido de *realidade* de um relato será conferido pelo lugar e significados que se estabelecem no diálogo próprio da história e do *aqui e agora* da relação entre paciente e analista. As sucessivas teorizações a respeito dessa relação correspondem ao desenvolvimento do método propriamente dito, que tem contribuições importantes a dar quanto aos meandros da racionalidade humana: esta, frente à vida instintiva e aos impulsos irracionais, configura-se mesmo como uma dura conquista para a Psicanálise.

Uma das contribuições conceituais do método psicanalítico, que apresenta algum paralelo com as Ciências Humanas é a questão da *repetição*, que a teoria freudiana identifica como presente, via de regra, na relação transferencial que o paciente estabelece com seu analista.

De maneira análoga, Cornelius Castoriadis afirma, com respeito ao histórico-social, que as *recorrências de sentido* que podemos detectar ao longo do processo histórico, vão fundar a dimensão do social, na medida em que se fixam e tornam-se sentidos ou *significados* traduzidos como *dominantes* na sociedade. Para este autor, a vida social é *significação*, o real constitui-se da teia de significações compartilhadas, socialmente instituídas ao longo do processo histórico, enquanto o *imaginário* seria constituído dessas mesmas significações, mas incluiria a constante possibilidade de superação dessas significações.^{xiv}

A História Cultural apresenta inumeráveis casos de temas que se repetem sob diferentes formas ao longo de séculos, e que dizem respeito aos mitos centrais presentes em dada cultura. Para Saul Friedländer, estes seriam, por excelência, objetos de estudo de um campo epistemológico que denominou de *Psico-História*, uma vez que o objetivo primordial dessa especialidade, seria, no plano dos fenômenos coletivos, justamente “... a investigação, numa sociedade que pode ser estudada historicamente, do significado **inconsciente** dos mitos fundamentais (.....), suas relações ocultas, sua manifestação ao nível do comportamento ritualizado e crenças do cotidiano, e finalmente seu lugar na rede simbólica que inclui a cultura como um todo...”^{xv}, aproximando bastante o campo de conhecimento postulado à Antropologia Cultural.

Sugerimos que a atenção flutuante do analista, capaz de detectar as *repetições* das tendências reprimidas do paciente em situação transferencial, quando *repete* em vez de *recordar*, é, de certa forma, análoga à posição do historiador da cultura, que observa as recorrências temáticas, as repetições ou transformações dos sentidos em dada cultura.^{xvi}

Assim, como procuramos demonstrar nesse rápido esboço, o tema da *realidade* e, com ele, o da memória, das *significações* e sua racionalidade, têm pautado a evolução da História e da Psicanálise, tanto em suas construções como em suas contínuas desconstruções e posteriores re-elaborações

Tradicionalmente, a História preservou a noção das coordenadas de Tempo e Espaço para a configuração dos fatos históricos considerados relevantes, definindo as possibilidades de atribuição de sucessão cronológica e de causalidade. Nesse quadro, com exceção do relevo conferido às grandes lideranças políticas, militares, econômicas e religiosas, o *fator humano*, com todas suas vicissitudes, reduziu-se a uma posição relativamente secundária.

De forma independente, a Psicanálise oferece o lado inverso dessa equação, uma vez que focaliza o indivíduo, concebido em sua *realidade interna*, onde o embate, ou o equilíbrio entre as pulsões do id frente aos mecanismos de defesa do ego e às injunções morais do superego, configuram a sua subjetividade e seu *tempo particular*, bem como suas relações com a realidade exterior.

Entretanto, a teoria psicanalítica não deixa de reconhecer amplamente o território de relação do ego com o mundo exterior, determinado por fatores socialmente compartilhados e objetivamente verificáveis. Certa noção do *real* advém também da relação do indivíduo com o próprio corpo, sua fisiologia, limitações e finitude, da potencialidade humana compartilhada de cognição de atributos físicos, espaciais, sensoriais, de todas as possibilidades de apreensão intelectual, como os procedimentos lógico-matemáticos ou o estabelecimento de eventuais relações causais entre fenômenos, enfim, das habilidades para procedimentos racionais, duramente adquiridas. Além disso, teoriza sobre a herança histórica e cultural que portaria cada ser humano em seu psiquismo.

A Psicanálise desenvolveu-se em meio a inúmeros debates, divergências, pesquisas e contribuições, desde as primeiras formulações de Freud. Mais recentemente, do interior do campo psicanalítico e da Psicologia Social, vêm aparecendo estudos sobre a transmissão da vida psíquica entre gerações (como a comunicação intergeracional não-verbal de traumas), e que têm relevado eventos ocorridos no passado das famílias para justificar neuroses ou outros quadros clínicos cuja etiologia transcenderia o percurso das vivências diretas dos indivíduos afetados.

Os pressupostos desses estudos são de que portamos todos uma herança genealógica, fundamento de nossa vida psíquica, e que esta se processa no inconsciente. “*Em todas as etapas da vida se impõe, ao sujeito, a questão da herança genealógica*”

(como gerenciá-la) e sua pertinência a uma filiação. O espaço por excelência desse processo é o grupo familiar onde se articulam diversos mecanismos de identificação, lugar de circulação da transmissão psíquica.”^{xvii}

Assim, certos sintomas podem expressar um tipo de “atuação” de fragmentos de uma “história familiar oculta” à qual o paciente não teria tido acesso num nível pleno de consciência, conforme reportam Nicolas Abraham, Maria Torok, Rena Kaës, Haydée Faimberg, entre inúmeros outros autores.^{xviii}

Estas investigações se apóiam basicamente no conceito de *transmissão psíquica*. Freud concebia a cultura e a tradição como vias de transmissão, mas estes meios não explicariam a continuidade psíquica. Para que tal continuidade tenha lugar, disposições psíquicas herdadas devem ser estimuladas por algum acontecimento na vida individual.

Dentre os modelos de transmissão da vida psíquica (que se baseavam nas ciências biológicas e na medicina) utilizados por Freud, tais como o da degenerescência (como se concebiam as taras e algumas outras doenças), o padrão de transmissão da energia nervosa, e aquele relativo às epidemias e às barreiras da imunização, o mais importante seria o modelo do *contágio mental* (sugerido em 1895 por Gustave Le Bon em *Psicologia das Multidões*), que Freud vinculou às questões da hipnose e sugestão, mas também aos mecanismos da identificação e da transferência^{xix}, conceito que utilizou em seu imprescindível artigo *Psicologia das Massas e Análise do Eu* (1921).

É interessante verificar que a importância do conceito de transmissão psíquica aplica-se com muita adequação ao contexto histórico-cultural contemporâneo. Estudos sobre as manipulações em torno dessa propriedade, provar-se-iam muito úteis para analisar certos efeitos de conteúdos de mensagens da propaganda, discursos políticos ou de produtos da indústria cultural como telenovelas, entre inúmeras outros, hoje tão presentes com a expansão dos meios de comunicação de massa e da rede internacional de computadores, como vimos experimentando nas últimas décadas.

Podemos pensar aqui também nos aspectos psicológicos e emocionais envolvidos nas reações a determinadas representações culturais, tais como as que ocorreram entre janeiro e fevereiro de 2006 em vários países islâmicos, desencadeadas pela publicação, a 30/09/2005, de doze charges retratando de forma irônica a cultura muçulmana e o profeta Maomé num pequeno jornal dinamarquês, *Jyllands-Posten*, que chegaram a graves proporções, causando mortes e acirrando crises diplomáticas internacionais.

As vertentes de pesquisa acima apresentadas sugerem que se vêm firmando cada vez mais as convergências e as possibilidades oferecidas pela interface entre a História e a Psicanálise. A complementaridade entre os dois saberes, seus respectivos métodos e referenciais conceituais, possibilita o desenvolvimento de noções e debates mutuamente enriquecedores, dos quais nem a História Contemporânea, nem a Psicanálise, poderiam hoje prescindir.

ⁱ Refiro-me aqui, por exemplo, às listas disponíveis na Internet, nas quais filhos de vítimas do Holocausto trocam relatos sobre sua experiência como membros de famílias constituídas por sobreviventes da Shoah no pós-guerra. Possivelmente existem atualmente vários outros agrupamentos de semelhante natureza na rede internacional de computadores.

ⁱⁱ Embora divergisse de Freud nessa e em outras questões, Jung construiu sua teoria de um inconsciente e arquétipos coletivos a partir de hipóteses relacionadas a fragmentos da cultura pré-histórica.

-
- ⁱⁱⁱ A esse respeito, ver, por exemplo, de MEZAN, Renato, *Freud, pensador da cultura*, São Paulo: Brasiliense, 1ª edição, 1985, do mesmo autor, *Psicanálise, Judaísmo: ressonâncias*, Campinas: Editora Escuta, 1986, e *Interfaces da Psicanálise*, São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- ^{iv} SEGAL, André *Pour une Didactique de la Durée* p.97, IN MONIOT, H. (org.) *Enseigner l'Histoire: des manuels à la mémoire*. Berne: Petre Long, 1984.
- ^v Cabrini, Conceição, Ciampi, Helenice, et alii, *Ensino de História – Revisão Urgente*, ed. rev. e ampl., São Paulo: EDUC, 2000, p. 61.
- ^{vi} Freud, S. The loss of reality in Neurosis and Psychosis, Standard Edition, vol. XIX/183, APUD HERRMANN, Fábio, IN *Andaimes do real: o cotidiano*, São Paulo: Edições Vértice, 2ª ed. 1985, parte quinta *Teoria Psicanalítica do Real*, p. 248,
- ^{vii} HERRMANN, Fábio, op. cit., p.13.
- ^{viii} Ver a esse respeito, ROUDINESCO, Elizabeth, *O Poder do Arquivo* IN *A Análise e o Arquivo*, trad. André Telles, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006, pp.16-17, e, conforme citação, da mesma autora, *Porque a Psicanálise?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- ^{ix} FREUD, Anna (org.) et alii “ Zur Geschichte der psychoanalytischen Bewegung”, *Gesammelte Werke*, 18v., X,55; “On the history of the psychoanalytic movement”, ed. stand., XIV, 17, APUD GAY, Peter, *Freud para Historiadores*, trad. Osmyr Faria Gabbi Júnior, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed. 1989, p.101.
- ^x Uma polêmica foi levantada em torno dessa questão por Jeffrey Moussaieff Masson em *The assault on truth: Freud's suppression of the seduction theory*, organizador e tradutor de *The complete letters of Sigmund Freud to Wilhelm Fliess, 1887-1904* (1985). O autor denuncia Freud por abandonar covardemente a teoria do trauma sexual por uma teoria mais segura e menos ofensiva, APUD Gay, Peter, *Freud para Historiadores*, notas ao capítulo 4, *Razão, Realidade, Psicanálise e o Historiador*, p. 182, op.cit.
- ^{xi} N.A. Embora diferentes graus de violência possam caracterizar cada um dos fenômenos, inúmeras denúncias sobre abuso sexual de menores por parte de autoridades em diferentes contextos têm vindo à luz, das últimas décadas do século XX até o presente, e, de nosso ponto de vista, vêm comprovar a necessidade de uma revisão e melhor elucidção dessa questão.
- ^{xii} LAGACHE, Daniel, *La teoria de la transferencia*, trad. Madeleine Baranger, Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1975, pp. 10-15.
- ^{xiii} FREUD, S. *Recuerdo Repetición y Elaboración* IN *Obras Completas*, Tomo II, Madrid: Biblioteca Nueva, 1973, pp.1683-1688.
- ^{xiv} CASTORIADIS, C. Cap.III. “A Instituição e o Imaginário: Primeira Abordagem” IN *A Instituição Imaginária da Sociedade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pp.139-192.
- ^{xv} FRIEDLÄNDER, Saul., *History and Psychoanalysis*, trad. Susan Suleiman francês/inglês, Holmes & Meier Publishers inc., 1980, p.81.
- ^{xvi} Tratei desse paralelo em SZNITER, C., *Representações do judeu na cultura brasileira: imaginário e história*, tese de doutorado, FFLCH/USP, 2002. Disponível na Biblioteca Digital de Teses através do link: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8152/tde-25022003-182456/>.
- ^{xvii} CORREA, Olga B. Ruiz, *Ecloração dos vínculos genealógicos e transmissão psíquica*, p. 62 IN CORREA, Olga B. Ruiz (org.), *Os avatares da transmissão psíquica generacional*, São Paulo: Escuta, 2000, pp. 61-71.
- ^{xviii} Ver, por exemplo KAËS, René, FAIMBERG, H. et alii, *Transmissão da Vida Psíquica entre Gerações*, trad. Cláudia Berliner, São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, CORREA, Olga B. Ruiz (org.), *Os avatares da transmissão psíquica generacional*, São Paulo: Escuta, 2000, ABRAHAM, N. e TOROK, M. *A Casca e o Núcleo*, trad. Maria José R. Faria Coracini, São Paulo: Escuta, 1995.
- ^{xix} CORREA, Olga B. Ruiz (org.), op. cit. P.63.